

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EDUCAÇÃO ESPECIAL: CAMINHO PARA A INCLUSÃO SOCIAL E CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

SANTOS, Walter Antonio

RU 1171618

RIOS, Franciane Heiden

RESUMO

A Educação Especial e a Educação Inclusiva são temáticas que norteiam os debates acerca da Educação. Ao se falar sobre essas duas modalidades é necessária a compreensão de que elas devem ocorrer em convergência. Logo, o objetivo desse trabalho consistiu em Analisar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva apontando como elas podem ser o ponto de partida para inserção do aluno demarcado por algum tipo de diferença no Ensino Regular. A pesquisa trata-se de um estudo bibliográfico com abordagem quantitativa. Pode-se apresentar considerações sobre Educação Especial e Educação Inclusiva, a questão da inclusão social e construção da cidadania, além de aspectos acerca do que dizem os documentos oficiais da educação sobre tais assuntos. Portanto, chegou-se à reflexão de que para que se possa dialogar acerca do espaço escolar que consiga formar cidadãos é necessário que a Inclusão, por meio da Educação Inclusiva, seja o imperativo. Então, compreendeu-se que as instituições de ensino devem serem espaços que possam atender a todos os sujeitos e conviver com a diferença e a diversidade.

Palavras-Chave: Educação Inclusiva. Educação Especial. Inclusão Social. Cidadania.

1 INTRODUÇÃO

Educação Especial e Educação Inclusiva dizem respeito a dois conceitos que vem entrando no campo dos debates acadêmicos e sociais. Embora cada qual tenha suas especificidades é necessário a compreensão do que eles representam no percurso pelas modificações tanto das instituições de ensino, como também do meio social.

Compreende-se enquanto Educação Especial uma modalidade de ensino destinado a pessoas que necessitam de algum tipo de necessidade diferenciada,

objetivando que esse sujeito possa desenvolver suas capacidades, conhecimento, acesso ao ensino, assim sendo, construindo-se enquanto cidadão.

Já a Educação Inclusiva diz respeito a uma perspectiva de educação na qual sujeitos com necessidade especial, ou que de alguma forma sejam demarcados por diferenças e diversidade (como classe social, etnia, raça, credo, deficiência, entre outros) possam ter acesso ao Ensino Regular. Nesse sentido, convivendo com aqueles sujeitos que não necessitam de atenção especial.

Dessa forma, a temática que desenvolvida nesse estudo consistiu na Educação Inclusiva e Educação Especial Como Forma Para Inclusão Social. Dessa forma, partiu-se da seguinte problemática: Quais os entraves que circundam a Educação Especial e a Educação Inclusiva e como se pode fazer essas duas modalidades convergirem para a inserção do aluno no Ensino Regular?

Como Forma de responder tal problemática o objetivo geral do estudo consistiu em Analisar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva apontando como elas podem ser o ponto de partida para inserção do aluno demarcado por algum tipo de diferença no Ensino Regular. Já os objetivos específicos, foram:

1. Discorrer sobre Educação Especial e Educação Inclusiva;
2. Apresentar como a Inclusão Social pode ser efetiva na construção de uma educação que contemple as diferenças;
3. Avaliar como os documentos oficiais da educação problematizam a questão da inclusão social por meio da Educação Inclusiva.

Portanto, a discussão que se sucedeu ao longo desse artigo parte da necessidade de se pensar os rumos da educação e o modo como a inclusão deve ser incorporada no cotidiano escolar. Isso se dá pelo fato de que sendo a educação assegurada para todos, é importante se refletir o modo como ela contempla sujeitos de realidades diferentes, ou mesmo indivíduos demarcados por deficiências. Logo, discutindo o modo como esses sujeitos podem ser incluídos no Ensino Regular e terem as mesmas oportunidades que outros estudantes que, de certo modo, são privilegiados.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Educação Especial e Educação Inclusiva: Considerações Gerais

Refletir sobre educação diz respeito a repensar as questões não só em torno da relação de ensino e de aprendizagem, mas, compete também tecer considerações sobre os paradigmas que norteiam a compreensão dela enquanto elemento de formação social.

Como aponta a Constituição Federal (BRASIL, 1988), através da Emenda Constitucional nº 90, de 2015, em seu Artº 6: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância (...).”. Torna-se notório que antes de qualquer direito, a educação aparece como inicial. Pode-se explicar tal fato porque é por meio dela que se pode haver transformação social, a modificação da própria forma de pensar do sujeito e ampliação de sua capacidade intelectual, moral e social.

Em outros termos, não seria equivocado considerar que é por meio da educação que o homem vai se lapidando, transformando-se, rompendo com paradigmas e discursos ideológicos. Seguindo essa perspectiva, pode-se realizar a seguinte ressalva:

A educação na contemporaneidade assume um papel centralizador no que se referem às lutas sociais. Na concepção de Almeida, de fato a educação tem ocupado um lugar central no âmbito das lutas sociais voltadas para a superação da sociedade do capital e das formas de opressão que lhes são características, assim como na agenda intelectual e política de um leque bastante amplo de educadores e cientistas sociais (ALMEIDA, 2008 apud VIERIA et al, 2010, p.148).

A ressalva que se refere por meio dessa passagem consiste em perceber que a educação não se reduz apenas a um tipo de ensino sistematizado, que objetiva o trabalho com um conjunto de conteúdos escolares. E que, por sua vez, ocorre no espalho das instituições de ensino. Mas, quando se fala em Educação, está-se querendo colocar que se trata de um ato político. Da possibilidade de formação social de um sujeito.

É dentro desse contexto que se deve compreender a Educação, ou seja, como uma forma de se conseguir romper com os discursos ideológicos que circundam uma sociedade demarcada por um sistema capitalista. Dessa forma, ao falar sobre Educação Especial e Educação Inclusiva é importante evidenciar alguns pontos.

Segundo Martins (2014), a Educação Especial deve ocorrer dentro do contexto da Educação Inclusiva, como forma de desconstruir a ideia de segregação ou separação do que é colocado como diferente, diversidade. Mas, antes de se adentrar em tais questões é necessário compreender esses dois conceitos e o que eles representam no campo das discussões acadêmicas. Logo:

A Educação Especial é uma modalidade de ensino cuja aplicação permeia todo o sistema educacional do país e visa proporcionar a pessoa com deficiência a promoção de suas capacidades, o desenvolvimento pleno de sua personalidade, a participação ativa na sociedade e no mundo do trabalho e aquisição de conhecimentos (FUMEGALI, 2012, p.9).

O que pode ser compreendido enquanto Educação Especial consiste em uma modalidade de ensino direcionada a sujeitos portadores de algum transtorno ou deficiência. Ao pensar sobre tal modalidade é necessário ter ciência de que não se trata apenas de desenvolver um conjunto de políticas públicas, estratégias e intervenções com relação a lidar com a diferença. Isso porque, ao passo que se limita a tais questões, estar-se lidando com aspectos de segregação.

É nesse contexto que se intersecciona a Educação Especial no campo da Educação Inclusiva. Ao falar-se sobre Inclusão, o foco consiste em promover um ambiente educacional no qual os alunos que necessitem de atenção especial possam conviver junto daqueles que não precisam de tal. Em outros termos, a inclusão ocorre, de fato, quando não se limita a experiência educacional do sujeito apenas a um tipo de modalidade. Nesse sentido, ressalta-se:

A inclusão é um paradigma que se aplica aos mais variados espaços físicos e simbólicos. Os grupos de pessoas, nos contextos inclusivos, têm suas características idiossincráticas reconhecidas e valorizadas. Por isto, participam efetivamente. Segundo o referido paradigma, identidade, diferença e diversidade representam vantagens sociais que favorecem o surgimento e o estabelecimento de relações de solidariedade e de colaboração. Nos contextos sociais inclusivos, tais grupos não são passivos, respondendo à sua mudança e agindo sobre ela. Assim, em relação dialética com o objeto sociocultural, transformam-no e são transformados por ele (CAMARGO, 2017, p.1).

A Educação Inclusiva, portanto, corresponde a inserção do aluno, estudante, que é marcado por algum tipo de diferença, diversidade, dentro de um contexto educacional regular. Esse grupo de sujeitos devem ter a oportunidade de acesso a uma educação que não o segreguem, mas sim, que possam servir de alicerce para se aprender a lidar com a diversidade, sobretudo, quando se fala nas questões sociais, classes, deficiência, entre outros pontos.

Parafraseando Araújo (2016), entende-se que a inclusão não se limita apenas a abrir espaço para que determinados alunos adentrem no Ensino Regular. Em contrapartida, diz respeito a um processo de transformação de valores e ações, que por sua vez, resultam em práticas educacionais, sistemas e estruturas que devem incorporar tais valores. Portanto, a efetivação da inclusão só é possível a partir do momento em que seus valores fundamentais forem classificados em contextos particulares.

Promover a educação embasada pela inclusão diz respeito a refletir sobre a possibilidade de se diminuir as desigualdades, romper paradigmas e preconceitos. Nesse sentido, oferecendo a sujeitos que pertencem a contextos diferentes uma experiência educacional que possa servir de alicerce para o desenvolvimento de sua cidadania. Corroborando com tal perspectiva:

Em 2003, a educação inclusiva se tornou parte da agenda educacional do Brasil. Até então, a maioria de crianças e jovens com deficiência frequentava escolas especiais ou escolas com propostas baseadas no modelo de integração. O desenvolvimento de uma abordagem inclusiva robusta para a educação brasileira foi formalizado em 2008 por meio da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (INSTITUTO ALANA, 2016, p.5).

A ideia de inclusão, então, versa sobre a possibilidade de se atrelar na sala de aula do chamado Ensino Regular sujeitos que são e não são portadores de algum tipo de transtorno e deficiência. Ou seja, incluir alguém socialmente diz respeito a ofertar-lhe o subsídio necessário para que este possa vir a se tornar um cidadão.

Quando se lança olhar sobre a Teoria Histórico-Social de Vygotsky (2003), um fato deve ser levado em consideração: que o homem é um ser social, histórico e cultural. Isso implica em afirmar que ele se desenvolve dentro de um contexto. Em virtude disso, a educação com caminho ao desenvolvimento, ao ocorrer com base na inclusão, poder-se-ia ser apontada como sendo o caminho traçado para se diminuir pontos como a exclusão social, os preconceitos e discriminação para com a diversidade.

Para Álvares, Barbosa (2006, p.15): “A inclusão escolar (...) tem como objetivo a construção de uma escola acolhedora, onde não existam critérios ou exigências de natureza alguma, nem mecanismo de seleção ou discriminação.”. Com esse posicionamento os autores dialogam com a perspectiva de que se a educação é direito que se estende a qualquer sujeito, a inclusão aparece como ferramenta necessária para se pensar sobre os principais entraves que circundam esse campo.

Em síntese, compreender a Educação Inclusiva como passo inicial para se refletir sobre os fatores que permeiam o universo educacional diz respeito a tornar evidente que não basta apenas caminhar pelo percurso da Educação Especial. Pois, respectivamente, a segunda só é válida ao passo que acontece dentro do contexto da primeira.

2.2A Inclusão Social Como Respeito as Diferenças e Conquista da Cidadania

Quando se falar sobre inclusão uma variedade de conceitos, ou palavras sinônimas, podem permear a reflexão sobre tal. Incluir alguém não se restringe apenas a possibilitar que ela tenha acesso a certos espaços. Pois, consiste também em lhe possibilitar a conquista de sua autonomia e cidadania.

Os estudos de Freire (1999), enfatizam a importância da educação que transforma, da relação de ensino e de aprendizagem que leve o sujeito a se dá conta de suas potencialidades enquanto indivíduo que é demarcador por um contexto social. Nesse sentido, o que autor pretende colocar reside no fato de que apenas por meio de acesso à educação é que se pode ocorrer mudanças na dinâmica social e a desconstrução de discursos ideológicos que limitam o pensar e agir do homem.

Corroborando com tal raciocínio Mantoan (2013, p.18), esclarece que: “A educação é um direito humano, fundamental e, portanto, deve ser colocado à disposição de todos os seres humanos.”. Nesse sentido, entende-se que a educação deve ser o mecanismo de engrenagem das relações sociais. Em outros termos, isso reside no fato de que é por meio do acesso e construção do conhecimento que o sujeito vai se construindo no mundo e conseguindo tecer suas considerações sobre o contexto no qual está inserido. Dessa forma:

(...) a educação deve, necessariamente, abranger todos os alunos inseridos no ensino regular, sem provocar a exclusão de algum do meio educacional. Nesse sentido, a Educação Inclusiva garante o acesso aos direitos e sua permanência no meio educacional sem sofrer qualquer discriminação durante o seu processo de aprendizagem (OLIVEIRA et al., 2017, p.307).

Tendo ciência que é por meio da inclusão que se pode desconstruir a ideia de uma educação segregada, seria correto apontar que a escola, enquanto espaço

formativo, apresenta um papel central para tal. Logo, as instituições de ensino necessitam se ampliar e repensar questões de ordem burocrática, como também, currículo, formação de professores, adequação para conseguir atender a demanda de alunos que necessitam de atenção especial e também os que não precisam de tal atenção.

Isso se deve ao fato de que se é por meio da inclusão que se pode conseguir ir construindo um espaço justo, que atende a todos os sujeitos. O ensino, a educação, a escola precisa englobar essa forma de se pensar as suas pautas de diálogo. Então: “Na área educacional, o trabalho com identidade, diferença e diversidade é central para a construção de metodológicas, materiais e processos de comunicação que deem conta de atender o que é comum e o que é específico entre os estudantes.”. (CAMARGO, 2017, p.1).

Tal ressalva deixa explícito que o papel da inclusão versa sobre a modificação dos espaços educacionais para que se possa deixar lugar para o trabalho com a diferença, a diversidade e as identidades. A partir de tal questão é notório que a escola deve ser submetida a uma reestruturação na qual se engloba tanto os pontos como as metodológicas e práticas de ensino, como também a própria formação docente.

Afirmar que é por meio da inclusão que o sujeito consegue lidar com as diferenças e modificar sua forma de perceber o mundo e seu contexto diz respeito a reafirmar que a Educação Inclusiva não se limita a um apanhado teórico. Mas sim, configura-se como uma nova forma de se pensar sobre o espaço de educação, o ensino sistematizado e formação docente. Segundo a Declaração de Salamanca:

O princípio fundamental desta Linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos e zonas desfavorecidas ou marginalizados (BRASIL, 1994, p.17-18).

O ponto que chama atenção é a questão de que a educação, a escola deve se comprometer a acolher e trabalhar com sujeitos independente de classe social, condições físicas, deficiência etc. Entende-se que afirmar que a inclusão social advém, principalmente, por meio do acesso à educação diz respeito a compreender que é por meio dela que se pode construir uma sociedade justa, livre de desigualdades.

Segundo o Ministério da Educação por meio de um documento intitulado “A Inclusão da Educação Escolar no Brasil: 2003 a 2016” (BRASIL, 2016, p.7), pontua-se: “No paradigma da inclusão, ao afirmar que todos se beneficiam quando as escolas promovem respostas às diferenças individuais de estudantes, são impulsionados os projetos de mudanças nas políticas públicas.”. Dessa forma fica claro que a inclusão não consiste em um aparato teórico restringido a conjecturas. Em contrapartida, ela diz respeito a mudanças práticas que deve ser incorporada por um meio social. Nesse caso específico: a escola.

Em outras palavras, compreende-se que as instituições de ensino, pelo seu comprometimento com a educação, apresentam uma função social. Desta forma, pensar sobre a inclusão, o respeito a diferença e a cidadania através das instituições de ensino compete em afirmar que é, principalmente, por meio delas que se podem traçar tais mudanças. E é dentro de tal contexto que se tem a seguinte ressalva:

A partir dos diversos movimentos que buscam repensar o espaço escolar e da identificação das diferentes formas de exclusão, geracional, territorial, étnico racial, de gênero, dentre outras, a proposta de inclusão escolar começa a ser gestada (BRASIL, 2016, p.7).

A ressalva a que se refere consiste no entendimento da dimensão formativa das instituições de ensino. E por tal, a temática da inclusão deve permear todo o cotidiano escolar. Como fica bem salientado na citação, a necessidade de se repensar o espaço escolar como ambiente de inclusão versa sobre a importância de se atrelar a ele os aspectos em torno do rompimento dos paradigmas de exclusão.

Portanto, seria correto pontuar que a escola não diz respeito apenas a um lugar no qual o indivíduo vai para aprender algum conteúdo, ou apenas restringe-se ao ensino sistematizado. Em contraponto, ela – a escola – apresenta uma função social, e por tal, é nela, sobretudo, que deve ocorrer as políticas públicas, estratégias e intervenções que a possam tornar um espaço de inclusão social, respeito as diferenças e convívio com a diversidade. Nessa lógica, formando sujeitos capazes de serem agentes sociais.

2.3 Os Documentos Oficiais da Educação e o Discurso da Inclusão

Até esse momento da discussão apresentou-se considerações acerca da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva; a questão da Inclusão Social como espaço para o respeito as diferenças e conquista da cidadania; e a escola enquanto espaço formativo no qual deve agregar esse conjunto de considerações.

Dessa forma, ao pensar sobre o lugar “escola” e sua função formativa e inclusiva também é importante dialogar sobre os documentos oficiais da educação e o que eles trazem acerca de tal temática. Dentro de tal contexto, vale a ressalva de que:

Na Constituição Federal encontramos em destaque a necessidade de oferecer igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, sem qualquer tipo de discriminação, ligadas ou não a algum tipo de deficiência (MENDES, 2015, p.26).

Dentro desse contexto pode-se notar que a Educação não deve ser restringida apenas a um grupo social, ou mesmo a determinados tipos de sujeito. A Constituição deixa claro que o acesso ao ensino sistematizado deve se estender a qualquer tipo de indivíduo sem que ocorra exclusão social.

Ao falar sobre a perspectiva da Educação Inclusiva, portando, estar-se remetendo a necessidade de que as instituições de ensino conseguiram se ampliar para conseguir atender a grande demanda de alunos. Em virtude disso, compreende-se que incluir diz respeito a permitir o acesso dos sujeitos uma Educação que ensine o respeito a diversidade e possa ser o primeiro passo para a construção da cidadania. Corroborando com essa perspectiva a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB N^o: 9.394/96 – em seu Artigo 3^o estabelece que:

Art. 3^o O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II – Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
III – Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
IV – Respeito à liberdade e apreço a tolerância (...) (BRASIL, 1996).

Tornar-se notório que a regulamentação dada pela LDB N^o: 9.394/96 assegura tanto o acesso à Educação, como também que esse acesso conseguiu incorporar no cotidiano das instituições de ensino a temática da inclusão. Em outros termos, isso implica em colocar que a ideia de inclusão não é algo tão recente, mas uma política pública que permeia os documentos oficiais da Educação. Nesse sentido, não seria um equívoco pontuar que a acessibilidade, o respeito, o convívio com a diversidade

devem ser os pilares para que se consiga modificar a dinâmica das escolas. As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNS) destacam que,

Exige-se, pois, problematizar o desenho organizacional da instituição escolar, que não tem conseguido responder às singularidades dos sujeitos que a compõem. Torna-se inadiável trazer para o debate os princípios e as práticas de um processo de inclusão social, que garanta o acesso e considere a diversidade humana, social, cultural, econômica dos grupos historicamente excluídos. Trata-se das questões de classe, gênero, raça, etnia, geração, constituídas por categorias que se entrelaçam na vida social – pobres, mulheres, afrodescendentes, indígenas, pessoas com deficiência, as populações do campo, os de diferentes orientações sexuais, os sujeitos albergados, aqueles em situação de rua, em privação de liberdade – todos que compõem a diversidade que é a sociedade brasileira e que começam a ser contemplados pelas políticas públicas (BRASIL, 2013, p.16).

Ao passo que se tem a introdução do texto com o uso do termo “problematizar” fica claro que se trata de uma questão urgente discorrer sobre a necessidade da Inclusão Social e, logicamente, a Educação Inclusiva. Como fica bem salientado no excerto acima, faz-se necessário pensar sobre a inclusão na perspectiva de políticas públicas. Isso corresponde a afirmar que a educação não deve funcionar como um privilégio que atende apenas a algumas classes, como também, certos tipos de alunos.

Ao evidenciar que questões como classe, gênero, raça, etnia, deficiência são pontos que deve serem levados em consideração. E com desta forma incorporados no cotidiano das escolas, estar-se falando acerca da necessidade de que as instituições de ensino passem a promover o acesso para os variados grupos que formam um meio social. Logo, destaca-se que:

Hoje o acesso inclui todas as condições necessárias a participação de atividades e a aquisição de conhecimentos educacionais com os programas de Inclusão escolar, as instituições escolares públicas e particulares é que precisam se adequar as necessidades de seus alunos com o objetivo de facilitar o processo de aprendizagem. Adaptando conteúdos e metodologias, promovendo a acessibilidade, além de mudar a sua forma de avaliação (MENDES, 2015, p.28-29).

A escola enquanto espaço de educação não se limita ou não deveria atender apenas esse ou aquele aluno. Em contrapartida, é de suma importância que tal instituição consiga fazer coexistir no mesmo espaço uma variedade de sujeitos que

sejam, ou não, demarcados por algum tipo de diferença. Incluir, portanto, nesse sentido, corresponde ao oposto de segregar. Em outros termos, diz respeito a fazer de uma sala de aula, de uma escola, um espaço marcado pela heterogeneidade, em que, aprenda-se, sobretudo, acerca da necessidade de se respeitar o lugar do outro.

De acordo com Pletsch (2014, p.15): “Educação Inclusiva implica em uma transformação na estrutura física, organizacional, pedagógica e filosófica da escola.”. Com isso, o teórico quer se referir a importância de se repensar o espaço da escola como algo comunitário, que deve atender a todos e se preocupar com as diferenças e diversidade. Inclusão, então, corresponde a conseguir se modificar a lógica pragmática e filosófica das instituições de ensino, como já foi colocado tanto na LDB Nº: 9.394/96, como também nos DCNS.

Pletsch (2014, p.15), afirma que: “Para ser inclusiva, uma escola tem que ter acessibilidade (...) flexibilidade curricular, práticas pedagógicas diferenciadas de ensino e avaliação (...).”. Nesse contexto, compreende-se que não basta apenas um conjunto de teorias e legislações que discorram e assegurem o processo de reestruturação das instituições de ensino. É necessário partir para a prática do que já colocado nos documentos oficiais da educação.

A temática da inclusão não se restringe apenas enumerar o passo a passo do que seria uma educação inclusiva, mas, reside, principalmente, em trazer para os debates e para a prática as modificações que devem ser feitas nas instituições de ensino. Vale ressaltar, ainda, que tais modificações devem ocorrer tanto na perspectiva estrutura (questões de acessibilidade, espaço físico, por exemplo), como também em pontos como currículo, práticas pedagógicas, metodologias de ensino e até mesmo os conteúdos.

3 Metodologia

Com relação à natureza desse estudo, pode-se classificá-lo enquanto uma pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa. Por estudo bibliográfico compreendem-se aqueles alicerçados no levantamento de dados, através de livros, revistas, artigos, trabalhos de conclusão de curso, monografias, dissertações e qualquer material relacionado à bibliografia (LAKATOS, MARCONI, 2003).

Nessa perspectiva, entende-se que o primeiro momento do estudo consistiu em um levantamento de material teórico, definindo os conceitos usados na discussão,

além das teorias para embasamento das análises relativas ao autismo, educação especial, educação inclusiva e ensino regular

Dessa forma, tal busca por bibliográfica ocorrerá tanto de modo virtual, pelo buscador Google Acadêmico, Scientific Electronic Library Online (SCIELO), além de banco de dados de revistas acadêmicas; como também a partir de busca manual em bibliotecas, com material impresso. Após esse passo inicial, será realizado a seleção dos materiais relevantes ao estudo, considerando as publicações acadêmicas que dialogam com os objetos definidos para a pesquisa.

Com relação à abordagem qualitativa, entende-se enquanto um tipo de pesquisa que procura analisar, discorrer e apresentar considerações acerca de certo evento social. Logo, não se preocupando em colher resultados referentes a números, mas sim procurar chegar a determinadas observações sobre o universo pesquisado. Portanto, esse tipo de estudo preocupa-se em traçar análise sobre um determinado fenômeno procurando explicar sua natureza, realizar análises para que se possa explicar tal ocorrência, portanto, chegando a certas considerações (LAKATOS, MARCONI, 2003).

A partir da abordagem qualitativa se pode traçar um conjunto de considerações sobre o tema discutido na pesquisa; tais considerações partem de leituras, observações e reflexões com base no material teórico. Portanto, considerou-se que existe um maior espaço para se criar questionamentos e também os responder.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse estudo foram abordadas questões em torno da Educação Especial, Educação Inclusiva, Inclusão Social, Cidadania e o modo como todos esses tópicos se entrelaçam ao se falar sobre educação. Seria correto pontuar que quando se considera que a escola dentro de uma perspectiva de função social é necessária ter ciência que, antes de qualquer objetivo, ela deve formar cidadãos capazes de olhar seu meio social e modifica-lo. Dessa forma, pensar sobre essas questões levou a compreensão de que essa dinâmica só se efetiva ao passo que a Educação passa, realmente, a ser um direito de todos.

Ao se falar sobre Educação Especial se tem a compreensão de que se trata de uma perspectiva de ensino direcionada a alunos que apresentam algum tipo de necessidade diferenciada, como os portadores de algum tipo de deficiência, por

exemplo. No entanto, não basta apenas ofertar essa modalidade de ensino de modo segregado, como por exemplo, a partir de instituições que lidam apenas com esses alunos.

Isso se deve ao fato de que, quando se limita o sujeito com necessidade especial a uma instituição de ensino desse porte, está-se falando em segregação. E não em formação, de fato. É nessa perspectiva que emergiram os debates sobre a importância da Educação Inclusiva.

Incluir alguém consiste em permitir que possa fazer parte de um contexto. No caso desse estudo ficou a compreensão de que a Inclusão Social diz respeito ao primeiro passo para que se possa modificar a lógica de uma educação que, em certos casos, limita-se apenas a atender a alguns alunos.

Questões como deficiência, classe social, etnia, são pontos que devem ser considerados. Tendo em mente que a escola é um espaço formativo nada mais que justo que possa também atender a qualquer tipo de sujeito. Dentro desse contexto, o Ensino Regular deve se ampliar para englobar a perspectiva da Educação inclusiva. Isso porque, como já foi pontuando pela LDB Nº: 9.394/96, como também pelos DCNS, a inclusão só se efetiva ao passo que as instituições de ensino possam ser reestruturadas e se tornar um espaço capaz de atender a todos os estudantes. Sem que haja discriminação.

Em outros termos, o ponto central é que a escola possa ser, realmente, um espaço que dialogue sobre diferenças e diversidade. Dessa forma, sendo efetiva na construção da cidadania dos sujeitos. Não basta apenas ofertar um ensino sistematizado, mas, é necessário que se conseguia estabelecer políticas públicas que possam ser eficazes nas modificações de questões como currículo, infraestrutura, metodologias, práticas pedagógicas, entre outros.

O discurso da inclusão não deve ser visto apenas como um conjunto de teorias, mas sim, como um conjunto de práticas que devem permear todo o cotidiano escolar. Logo, sendo capaz de formar agentes sociais que possam modificar o meio social e formar uma sociedade justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Sara Dionizia Rodrigues de. **Formação discursiva e discurso em Michel Foucault**. Revista Filogenese. v6, n2. 2013. p148-172.

ALVES, Denise de Oliveira; BARBOSA, Kátia Aparecida. Experiências educacionais inclusivas: refletindo sobre o cotidiano escolar. In: ROHT, Berenice Weissheimer (Org.). **Experiências Educacionais Inclusivas: programa educação inclusiva: direito à diversidade**. 2006. p.15-26.

ARAÚJO, Cristina Cinto. Os cursos de pedagogia do Estado de São Paulo e a formação do professor na perspectiva da educação inclusiva: o que indicam as matrizes curriculares. In: POKER, Rosimar Regina et al. (Org). **Educação Inclusiva: em forco a formação de professores**. 2016. p. 33-58.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência (CORDE), 1994.

_____. **A consolidação da inclusão escolar no Brasil: 2003 – 2016**. Ministério da Educação. Brasília. 2016.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Ministério da Educação: Brasília. 2013. 565p.

CAMARGO, Eder Pires de. **Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces**. Revista Ciência e Educação. v23, n1. 2017. p.1-6.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 144p.

FUMEGALI, Rita de Cassia de Avila. **Inclusão escolar: o desafio de uma educação para todos?** 50f. 2012. Monografia (Pós-Graduação em Educação Especial). Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí. 2012.

INSTITUTO ALANA. **Os benefícios da educação inclusiva para estudantes com e sem deficiência**. São Paulo: ABT Associações. 2016. 40p.

LAKATOS, Eva Marina; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. Altas, 2003. Rio de Janeiro.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. 50p.

MENDES, Camélia. **Educação inclusiva e inclusão escolar:** algumas considerações. In: Revista Digital Simonsen. n.2, 2015. p.22-45.

OLIVEIRA, Janaína Brum et al. Educação inclusiva: (re)prensando a formação dos professores. In: I Seminário Luso-Brasileiro de Educação Inclusiva: o ensino e a aprendizagem em discussão. 1. **Anais:** EdiPUCRS. Porto Alegre. 2017.p.306-323.

VIERIA, Adriana Lima Neves et al. **A educação como meio de inclusão social.** Revista Triangulo: Ensino, Pesquisa e Extensão. v3, n2. 2010. p.184-162.

VYGOTSKY, Lev. **A formação Social da Mente.** São Paulo: Martins Fontes. 2003.